



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O GABINETE CIVIL

(1966)

BRASÍLIA

1967

*Relatório apresentado pelo Chefe do
Gabinete Civil, LUIZ NAVARRO DE BRITTO, ao
Excelentíssimo Senhor Presidente da República.*

Senhor Presidente da República

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório Anual do Gabinete Civil da Presidência da República em 1966.

Predominam no contexto as diretrizes já traçadas nos anos anteriores do seu Governo, quando este Órgão teve a honra de ser chefiado pelo Ministro Luiz Viana Filho.

Por outro lado, tratando-se do meu último Relatório nesta Casa, nêle pretendo, não somente condensar as atividades dêste ano, como descrever o seu mecanismo de trabalho.

* * *

A Casa Civil é, a um só tempo, uma assessoria especial e uma secretaria executiva. Além de colaborar, de modo direto, no processo de decisões presidenciais, ela também desempenha funções executivas, em nome do Presidente da República. Esta feição «sui-generis» acha-se por fim complementada por serviços administrativos, prestados pelo Gabinete Militar da Presidência.

Não conheço organograma similar. Em pesquisa que fizemos com a ajuda das representações diplomáticas acreditadas, verifiquei que, entre muitos países, talvez apenas o *Executive Office* do Governo dos Estados Unidos se assemelha ao Gabinete Civil. Ainda assim, as distâncias são sensíveis, notadamente em virtude de nossa rigidez orgânica.

Como quer que seja, utilizarei a duplicidade de naturezas do Gabinete Civil como coordenadas dêste Relatório.

I — O ASSESSORAMENTO PELO GABINETE CIVIL

O estudo analítico da Presidência da República revela duas sortes de limitações estruturais impostas ao Chefe de Estado. De um lado, aquelas próprias do cargo, advindas de conotações sócio-políticas internas e externas. De outro lado, são pressupostos, hábitos ou mesmo exigências forjadas pela organização formal da Presidência da República.

Não obstante, cada Presidente imprime ao funcionamento do Poder Executivo características que lhe são peculiares. Enquanto uns se mostram infensos à descentralização, outros, como Vossa Excelência, resguardam com vigor a autoridade e autonomia dos seus Ministros. Muitos reconhecem precedência aos militantes políticos e em outros avulta uma forte simpatia tecnocrata.

No particular, a tomada de decisões no Palácio Presidencial — acentuara um assessor do Presidente Kennedy — «não é qualquer mistura precisa de ingredientes que um Presidente possa transmitir a outro ou mesmo empregar, êle próprio, em ocasiões sucessivas». «No dia-a-dia do seu Gabinete», continua THEODORE C. SORENSEN, «cada Presidente deve determinar por si mesmo qual é a melhor forma de conseguir e avaliar o conselho de seus assessôres» (*Como se tomam as decisões na Casa Branca* — Distribuidora Record, Rio 1964, págs. 5 e 53). Sua personalidade, formação sócio-profissional, métodos de trabalho e mesmo idiosincrasias ditarão, por certo, a maior ou menor estreita dimensão de contactos com cada um dos auxiliares diretos.

Depois de 1945, a imagem do Gabinete Civil tem variado entre dois contrastes. Algumas vezes pareceu um organismo excessivamente forte, improvisando ordens, monopolizando o Presidente e, por isso mesmo, dificultando o assessoramento ministerial. Um superministério. Outras vezes, porém, êle funcionou como uma simples Secretaria, sem exercitar sequer o seu dever preliminar de contrôle sôbre a execução das decisões presidenciais.

Ora, a configuração dêstes excessos depende fundamentalmente do estilo e comportamento globais do Governo. Sua

programática, sua composição partidária, a estatura cultural e moral dos Ministros de Estado contribuem de modo essencial para a exata importância do Gabinete. Mas, ela é sem dúvida também uma resultante do «brain trust» da própria Casa Civil. Conta CHARLES S. V. MURPHY, repetindo um conselheiro de Eisenhower, que «a razão principal da perda de dignidade da Casa Branca foi que, durante os últimos vinte anos, ela se tornou uma dependência executiva do Governo. Contendas trabalhistas, decisões da CAB, detalhes administrativos e de operação de tôdas as categorias, para não mencionar a distribuição de favores políticos, tudo isso vinha direto à Casa Branca. Seguidamente, decisões de agências governamentais eram invalidadas por caprichos da Casa Branca ou por exigências do momento, até que se tornou impossível dizer qual o departamento do governo que era responsável e do que o era». («A Casa Branca do Eisenhower» — in C.P. Leite, *O Assessoramento da Presidência da República* — F.G.V., Rio 1959, págs. 53 e 54).

Do Palácio do Planalto ou do Catete, pôde-se dizer a mesma coisa. Geralmente os pecados foram cometidos por delegação expressa do Presidente. E, muitas vezes, o cumprimento de uma primeira ordem fazia o auxiliar presidencial se julgar no direito de *adivinhar* indefinidamente outras ordens. O Governo atual não aplaudiu esta caricatura.

Na Casa Civil, o Chefe do Gabinete catalisou, de preferência, o maior acesso ao Presidente. Essa norma pretendeu garantir uma certa disciplina interna e preservar a uniformidade de projeção do Gabinete, perante os demais Órgãos da Administração. A disciplina também neutralizou um pouco o jôgo de suscetibilidades entre os Membros do Gabinete e a unidade operacional reforça o seu prestígio externo.

Mas, no todo, o assessoramento prestado pela Casa Civil se distribui entre:

- a) Chefia do Gabinete;
- b) Subchefias Técnicas;
- c) Assessoria Especial do Presidente;
- d) Secretaria de Imprensa e Cerimonial.

a) A CHEFIA DO GABINETE

A Chefia do Gabinete exerce duas funções essenciais: uma, política por excelência e outra de cunho administrativo.

A primeira distingue-se pela sua grande elasticidade operacional: contactos parlamentares, diligências entre os Podêres, coordenação de medidas interministeriais, coleta de dados para pronunciamentos do Presidente, articulações nas órbitas estaduais ou municipais etc. Cada uma dessas tarefas sugere uma multiplicidade de «approaches» e de táticas inopinadas.

A atividade administrativa, por sua vez, pode ser considerada interna ou externamente. Dentro do Gabinete, ela se desdobra numa dinâmica de supervisão dos Serviços auxiliares, que se ocupam do pessoal, material e recursos financeiros dos Palácios da Presidência. Além disso, coordena e decide sôbre as relações entre todos os organismos do Gabinete.

Por outro lado, a sua atividade consiste ainda em assessorar o Presidente da República nas decisões administrativas. Através de Pareceres, notas ou informações reservadas, a Chefia do Gabinete não sômente instrui e sugere medidas ao Chefe do Estado, como também indaga e transmite aos Ministros e Dirigentes dos Órgãos autônomos perguntas ou deliberações presidenciais. Em muitos casos, realiza estudos preliminares, encomendados ou não pelo Presidente, e não raras vêzes aproveita idéias advindas de tôdas as partes do país, para articulá-las em propostas concretas que são submetidas diretamente às Secretarias de Estado.

Conforme a pessoa do titular da Chefia do Gabinete e o que espera de sua atuação o Presidente da República, a Casa Civil aparecerá com uma tônica mais política ou mais administrativa. No Governo Castello Branco, por exemplo, durante a gestão Luiz Viana, a Chefia do Gabinete teve um caráter predominantemente político, enquanto no meu período preponderou a acentuação administrativa.

De qualquer sorte, porém, o assessoramento do Chefe do Gabinete é permanente. Seus despachos diários, em geral, ocupam os primeiros horários dos dois expedientes. Assim o foi neste Governo, embora o número de convocações do Chefe do Estado varie sem qualquer estimativa de freqüência possível. Aliás, esta fluidez no tempo também corresponde a uma absoluta ausência de rigor na natureza da assessoria. Dos últimos 7 (sete) Chefes do Gabinete, todos eram advogados, o que parece coincidir com o gênero de expectativas, em relação ao exercício do cargo. Vale dizer, o sentido polimorfo das suas intervenções sugere sempre que o seu titular seja um bacharel em Direito, na melhor de nossas

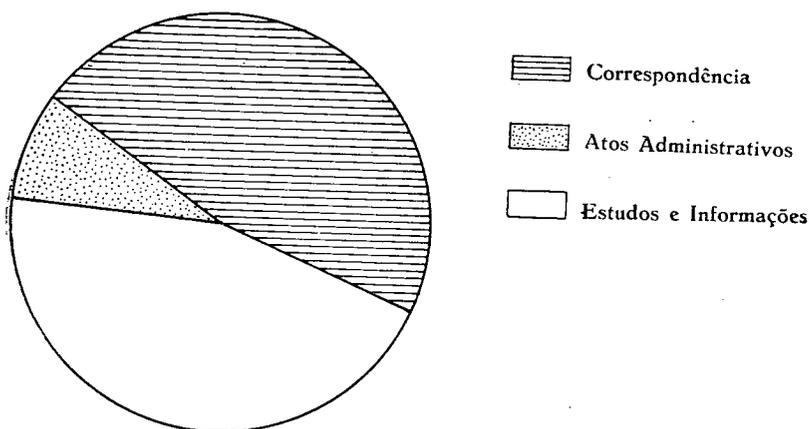
tradições, que tem êste técnico muito mais como um humanista do que como um estudioso de setor especializado. Desde a confecção de um Projeto de Lei a uma simples providência de aceleração de um processo administrativo ou uma visita protocolar representando o Chefe do Estado, suas funções a rigor resumem as duas grandes finalidades do próprio Gabinete, a que acima me referi.

Neste trabalho de proporções gigantescas e elásticas, o Chefe do Gabinete é imediatamente auxiliado pelos dois Subchefes do Gabinete, que eventualmente o substituem. Não há uma divisão de trabalho regimental entre êstes dois últimos. Mas, a continuidade dos serviços e os requisitos pessoais de cada um dêles, pouco a pouco definem as áreas e precisam as atribuições. Isto é tanto mais necessário quando a interferência desordenada de ambos poderá provocar atritos e comprometer a unidade de decisões do Chefe do Gabinete.

No seu todo, a atividade da Chefia do Gabinete pode ser assim quantificada em 1966:

| | |
|--|--------|
| Documentos registrados | 8.295 |
| Portarias, Circulares e telegramas-circulares (Atos do Chefe do Gabinete Civil) | 279 |
| Cartas, telegramas, Telex e Rádios expedidos | 7.507 |
| Ofícios e Memorandos expedidos | 1.929 |
| Pareceres e Pesquisas elaboradas para uso da Chefia | 94 |
| Decretos, Exposições de Motivos e Pareceres (Atos do Presidente da República elaborados ou examinados) | 1.315 |
| | <hr/> |
| | 10.419 |

Êstes números representam unidades de tarefas (registros e elaboração), antes do que unidades físicas. Além disso, o levantamento realizado pela Secretaria Administrativa acusa apenas os documentos e correspondência registrados. Por isso mesmo, grande parte das tarefas desenvolvidas, inclusive pelos Assessôres e Assistentes da Chefia, perde-se no anonimato. Ainda assim, o número de *papéis* elaborados, instruídos ou encaminhados pela Chefia do Gabinete alcança a média diária de 62, excetuados apenas os domingos.



Completam a agenda de obrigações da C.G.C. as incumbências deferidas aos Oficiais de Gabinete e Secretárias, na coleta de informações, dados ou contrólê de audiências.

b) AS SUBCHEFIAS TÉCNICAS

A grande carga numérica de processos submetidos à deliberação presidencial transita pelas Subchefias Técnicas. Em números relativos, poucos são aquêles despachados diretamente pelos Ministros de Estado ou pelo Chefe do Gabinete Civil. Em geral, sômente os assuntos que demandam informações complementares ou uma troca preliminar de idéias com o Presidente da República escapam ao exame prévio das Subchefias. Ainda assim, salvo os casos mais urgentes, elas procedem a uma verificação *a posteriori* das formalidades legais ou regulamentares.

Uma parte expressiva dos expedientes enviados através das Subchefias pode ser rotulada de rotineira. Mas, a multiplicidade e caráter técnico das matérias impõem, dia a dia, uma análise mais especializada dos processos sujeitos aos seus crivos. Não obstante, tal como acontece com os Chefes do Gabinete, os bacharéis em Direito predominam nas Subchefias. Atualmente, apenas 1 dos 4 titulares não possui êste diploma. E entre os seus auxiliares, malgrado a tentativa de especialização das Subchefias, constante do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 56.596, de 1965, a verdade é que 50% dos seus Assessôres formaram-se em Direito. Aliás, uma visão global da Presidência aponta 75% dêstes Bacharéis como Membros do Gabinete Civil.

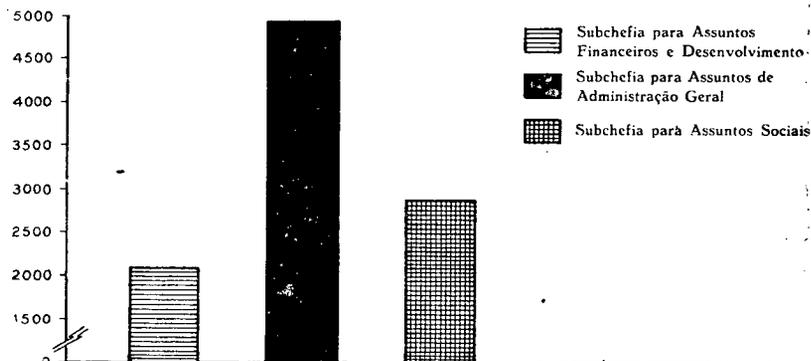
Acredito que o tempo se ocupará de corrigir em parte esta tendência. Sobretudo na medida em que a descentralização administrativa poupe um pouco mais o Presidente da República, a qualidade das deliberações que lhe restarem exigirá uma assessoria direta com conteúdo técnico mais acurado. Entendo, por exemplo, que não podemos mais desconhecer a observação de ARTHUR M. SCHLESINGER JR. de que na «Presidência moderna, todo Presidente, mais cedo ou mais tarde, qualquer que seja a sua formação ou predileção, é levado a preocupar-se particularmente com os problemas internacionais». (*Mil Dias — J. F. Kennedy na Casa Branca*, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio 1966, vol. I, págs. 430-431). No entanto, esta matéria ainda não ganhou foros de cidade no «kitchen cabinet».

Entre as Subchefias Técnicas, convém destacar as Subchefias Administrativas da Subchefia para Assuntos Parlamentares.

1. As Subchefias Administrativas analisam os processos administrativos oriundos dos diversos ramos do Poder Executivo, lavram os respectivos Pareceres e propõem decisões ao Chefe do Estado. Os expedientes são então remetidos ao Gabinete do Presidente, em «malotes» especiais. Alguns Chefes do Executivo, como Getúlio Vargas, preferiam no entanto despachar essas centenas de documentos em presença dos seus auxiliares encarregados. Conta Cleanto P. Leite que as audiências duravam entre uma a duas horas. E o que é mais, o Presidente designava dias especiais na semana, como de resto fazia com todos os seus Ministros de Estado. «Este era um dos aspectos da vida do Palácio do Catete em que se observava grande regularidade» (op. cit. págs. 26 e 34). A existência de duas Capitais administrativas, a rapidez imperativa das deliberações num país em processo de desenvolvimento tornam, porém, cada vez mais difícil essa «regularidade» ideal.

A divisão de trabalho entre as Subchefias obedece à natureza das matérias e as agrupa sob os títulos de: 1) assuntos sociais, 2) assuntos de administração geral e 3) assuntos financeiros e de desenvolvimento. Entendo que esta distribuição não esgota as matérias afins mais importantes, em tramitação permanente no Gabinete. Aliás, na Exposição de Motivos com que submeti ao então Chefe da Casa Civil o Projeto do novo Regimento para o Gabinete, fiz questão de assinalar que não considerava definitiva essa repartição de tarefas. E no curso do tempo, observou-se não só uma acumulação numérica na S.A.G., como também a dificuldade da Diretoria do Expediente em classificar vários processos, dentro das especializações das Subchefias.

De qualquer modo, e considerando as ressalvas acima, é possível, através do trabalho particularizado de cada Subchefia, estimar-se a incidência qualitativa dos processos submetidos ao Presidente da República.



Por outro lado, as informações e Pareceres elaborados pelas Subchefias, no ano de 1966, advieram dos seguintes Órgãos:

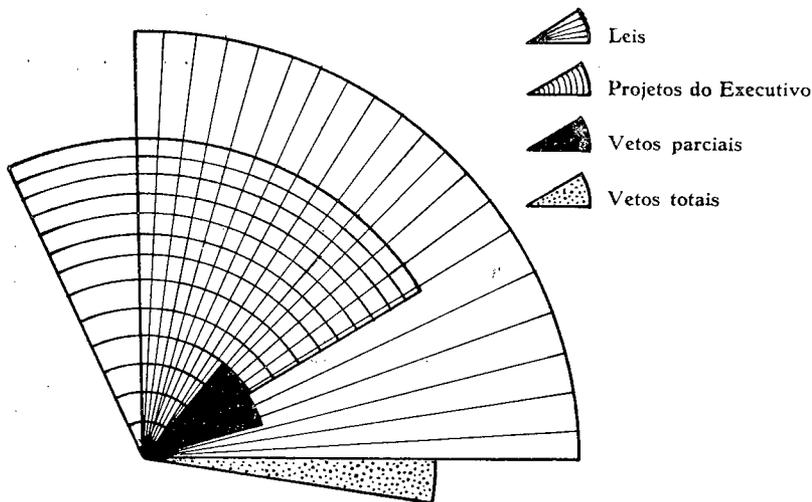
| MINISTÉRIO | S.A.F. | S.A.G. | S.A.S. | TOTAL |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|
| M. Agricultura..... | 66 | 210 | 64 | 340 |
| M.F.C..... | 34 | 412 | 148 | 594 |
| M.I.C..... | 170 | 040 | 50 | 360 |
| M. Fazenda..... | 092 | 599 | 147 | 1.138 |
| M.J.N.I..... | 39 | 520 | 913 | 1.472 |
| M.M.E..... | 860 | 102 | 56 | 1.008 |
| M.R.E..... | 15 | 622 | — | 637 |
| M. Saúde..... | 23 | 303 | 109 | 426 |
| M.T.P.S..... | 28 | 454 | 70 | 552 |
| M.V.O.P..... | 169 | 603 | 1.332 | 2.104 |
| M.E.C.O.R..... | 97 | 144 | — | 241 |
| MINIPLAN..... | 138 | 4 | 1 | 143 |
| D.A.S.P..... | 78 | 554 | 38 | 670 |
| P.R..... | 112 | 73 | — | 637 |
| C.C.C..... | 4 | — | — | 4 |
| Diversos..... | 6 | 23 | 6 | 235 |
| | 2.221 | 4.963 | 2.925 | 10.109 |

Acrescentem-se ao rendimento total das Subchefias Administrativas mais 1.714 comunicações a diversos órgãos.

2. A Subchefia para Assuntos Parlamentares é, por excelência, um órgão de ligação entre o Planalto e o Palácio do Congresso. Seu maior ou menor relêvo varia, assim, em função da atividade legislativa e, sobretudo, do papel do Executivo no processo de confecção de Leis.

Ora, no atual Govêrno, o Executivo, além de dispor de prerrogativas mais amplas do que as constantes do texto original da Constituição de 46, também exerceu, de modo inédito, a sua faculdade de iniciativa. De 1960 a 1963, a média anual de Leis aprovadas oriundas do Executivo não alcança a 60 Projetos; enquanto isso, em 64, 212 Projetos foram transformados em Lei e 264 no ano seguinte. Em 1966, o Govêrno encaminhou 257 Projetos ao Congresso Nacional, número ligeiramente superior aos enviados em 1965 (240).

Por sua vez, a incidência de vetos decresceu de 12%. Em 66 o número de «rejets» totais e parciais corresponde a 13% das Leis aprovadas, enquanto no ano anterior êsse índice foi de 25%. Vale dizer, o Executivo elaborou com mais cuidado os seus Projetos, ambientou-se com os seus novos poderes legislativos e reforçou a sua ingerência política.



Paralelamente a esta atividade legislativa no sentido formal, o Poder Executivo expediu êste ano 96 Decretos-leis.

Ainda na Subchefia Parlamentar, registraram-se 864 Mensagens de agradecimento e comunicações, bem assim 1.900 expedientes de correspondência oficial. Os contactos diretos com parlamentares, acompanhamento de Emendas, coordenação das assessorias legislativas dos Ministérios e outras missões completam o quadro de atividades da Subchefia. No que diz respeito à coor-

denação das assessorias, o reforço orgânico que reivindiquei na reforma estatutária do Gabinete, parece ter surtido bom efeito. De fato, se a «luta surda nas comissões e plenários do Parlamento, entre as diversas assessorias ministeriais» não desapareceu de todo, ela diminuiu, sensivelmente, sob a supervisão da Subchefia Parlamentar.

c) A ASSESSORIA ESPECIAL

A Assessoria Especial substituiu, na Presidência, a antiga Assessoria Técnica, desde o início do Governo. Esta substituição, segundo os seus autores, teve como finalidade precípua dotar o novo organismo de uma feição mais privativa e vinculada à pessoa do Presidente da República.

Com esta caracterização seu trabalho de pesquisa consubstanciou-se este ano em cerca de cinquenta estudos sobre a problemática nacional, acompanhamento e implantação do «Programa de Ação Econômica». Além disso, no âmbito dos instrumentos gerais de ação do Governo, emitiu pareceres e informes relativos às políticas de comércio exterior, bancária e de mercado de capitais, monetária, tributária, habitacional e salarial.

Releva ainda acentuar as contribuições aos Projetos de revisão constitucional e reforma administrativa, assim como o demorado exame sobre o abastecimento, inclusive a coordenação dos planos e de sua implantação administrativa em todos os níveis do setor público e entre os programas deste e o comportamento do setor privado. Também importante foi a sua participação na criação do sistema nacional de televisão educativa.

Ao mesmo tempo, a Assessoria realizou numerosas entrevistas com titulares dos escalões superiores da Administração Federal, parlamentares e membros do Poder Judiciário, governos estaduais, municipais e entidades de classes.

Para facilitar a coleta e aferição de dados, notadamente no setor econômico-financeiro, a Assessoria manteve, em caráter permanente, o seu Assessor-adjunto no Estado da Guanabara.

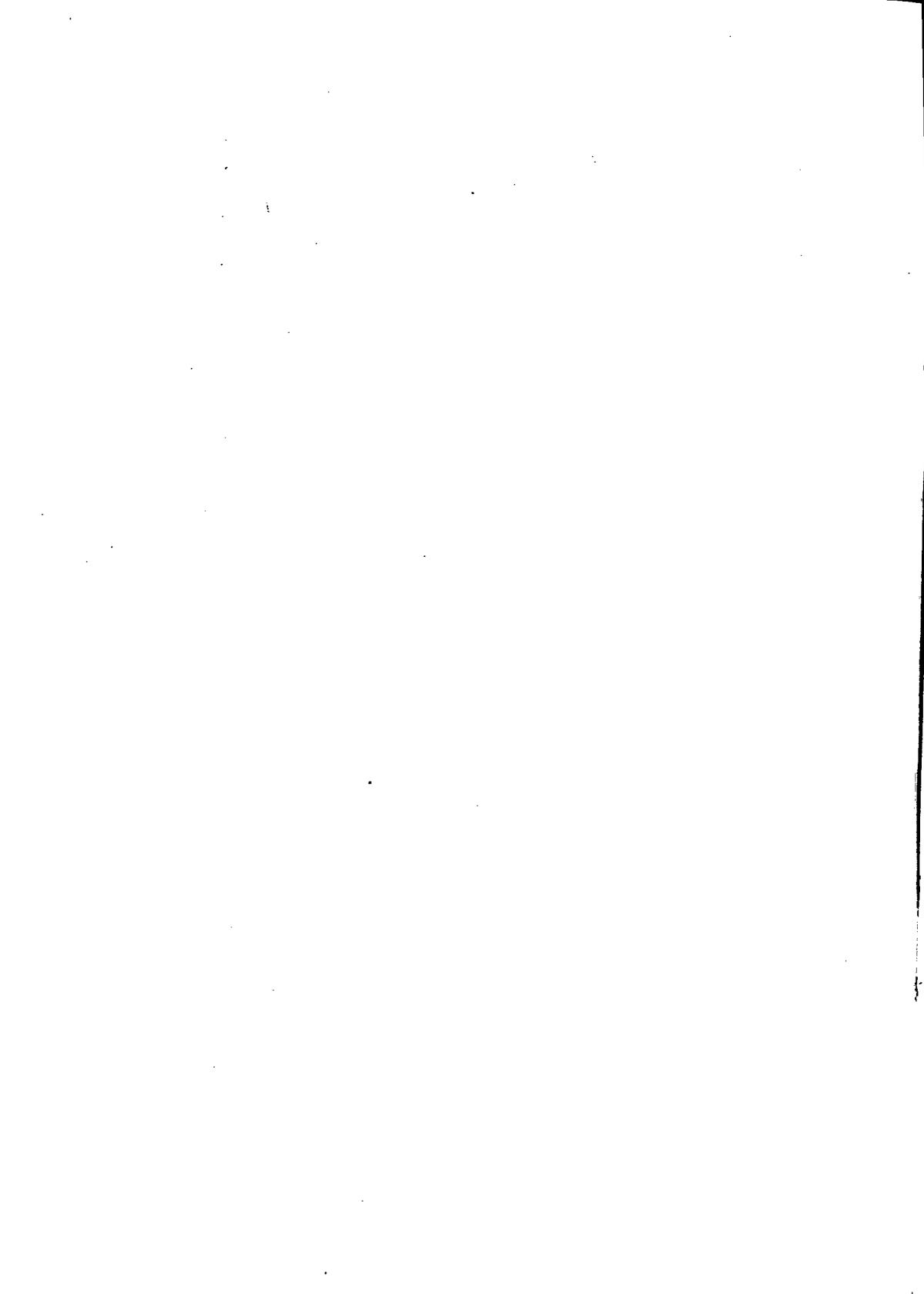
d) A SECRETARIA DE IMPRENSA E CERIMONIAL

A Secretaria de Imprensa e o Cerimonial são, a rigor, órgãos de relações do Gabinete Civil, embora exercendo formas distintas de assessoramento.

1. A Secretaria de Imprensa se ocupa sobretudo de informar o grande público. Neste mister, as suas atividades se bifurcam

| | |
|--|-------|
| 4 — Audiências para Representantes diplomáticos estrangeiros e personalidades estrangeiras | 136 |
| 5 — Visitas e viagens do Senhor Presidente da República | 42 |
| 6 — Cumprimentos a representantes diplomáticos estrangeiros | 67 |
| 7 — Agradecimentos de visitas a Representantes diplomáticos estrangeiros | 195 |
| 8 — Correspondência expedida | 1.116 |

Juntamente com estas assessorias e prestando não menos valiosos serviços à delicada engrenagem da Presidência da República, funcionam outros órgãos com atribuições executivas específicas.



II — A SECRETARIA EXECUTIVA DA PRESIDÊNCIA

Chamo de Secretaria Executiva da Presidência o complexo formado pela Secretaria Particular, Diretoria do Expediente, Diretoria de Serviços Gerais e Serviço do Pessoal. Certo, há diferenças fundamentais entre os quatro. E o que é mais, os três últimos poderiam ser considerados, na definição de CHESTER BARNARD, como órgãos executivos, isto é, aquêles que realizam «the specialized work of maintaining the organization in operation» (The Functions of the Executive — Harvard University Press, 1960, pág. 215). Por sua vez, a Secretaria Particular exercita, sob alguns aspectos, funções de assessoramento. Mas, todos êles desempenham atividades meios e, como tal, entendi agrupá-los fazendo parte da grande Secretaria Executiva da Presidência, no que se refere ao Gabinete Civil.

A) A SECRETARIA PARTICULAR

A Secretaria Particular do Presidente da República «tem por finalidade — diz o artigo 25 do Regimento do Gabinete Civil — atender ao Presidente da República em assuntos de natureza pessoal e particular que lhe foram determinados». Suas tarefas, portanto, variam de acôrdo com as incumbências que recebe do Presidente.

A correspondência particular do Chefe do Estado absorve-lhe diáriamente. Em 1966 foram recebidas 60.311 mensagens, que o seu Serviço de Correspondência respondeu e, conforme os casos, encaminhou a diferentes órgãos solicitando providências. Entre estas, mereceu especial carinho uma carta de 5.532 palavras, com 1 metro e 95 centímetros de comprimento e 45 centímetros de largura.

Manipulando todo êste material, a Secretaria tem procedido a análises de conteúdo ensaiando o delineamento de imagens e atitudes da opinião pública. É possível que a amostra tabulada apareça como pouco expressiva. Não obstante, os resultados sugerem e formam um instrumental muito valioso para os politistas. Com o propósito de aprimorar a quantificação dos informes, o Gabinete Civil assinou êste ano convênio com o Serviço Federal

de Processamento de Dados, para implantação de um sistema eletrônico de análise.

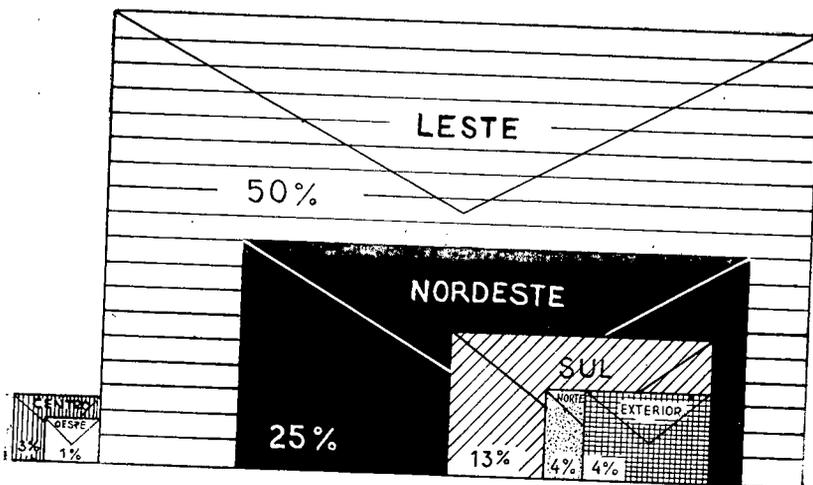
O rendimento bruto da Secretaria anota a seguinte classificação do conteúdo documental:

| | |
|---|-----|
| Manifestações Genéricas | 3% |
| Objetivos do Programa de Ação | 14% |
| Reformas Econômicas e Sociais | 4% |
| Instrumentos de Ação | 19% |
| Políticas e Programas Setoriais | 3% |
| Desenvolvimento Social e Valorização Regional | 11% |
| Justiça e Segurança | 8% |
| Pessoais | 9% |
| Políticos | 5% |
| Assuntos Diversos | 24% |

A separação destes expedientes, segundo a incidência por categorias sócio-profissionais, ofereceu este resultado:

| | |
|-------------------------------|--------|
| Povo | 43.933 |
| Entidades Públicas | 7.186 |
| Entidades Cíveis | 5.307 |
| Entidades Patrcnais | 1.257 |
| Entidades de Empregados | 1.634 |
| Personalidades | 994 |

Por sua vez, a distribuição geográfica da correspondência presidencial informa o gráfico abaixo:



Regimentalmente, deve ainda a Secretaria Particular cuidar da pauta de audiências do Presidente. Mas; inúmeros fatores, inclusive a vacância do cargo de Secretário durante um largo período, transferiram de fato esta atribuição para os Ajudantes de Ordens.

B) A DIRETORIA DO EXPEDIENTE

A Diretoria do Expediente é o grande pulmão da Presidência da República. Por ela transitam todos os processos ou documentos dirigidos ao Chefe do Executivo e aos Chefes dos Gabinetes Militar e Civil. Recepção, fichamento, registro de expedientes e despachos, autenticação de cópias de Decretos, contrôles de informações para Mandados de Segurança, conferência de Atos antes da publicação, coleta de referenda, incineração periódica, expedição interna ou externa, arquivamento, são algumas das várias etapas de tramitação dos papéis na D.E..

Uma das suas tarefas mais delicadas é a revisão prévia e *a posteriori* de todos os Decretos, esta última conferindo as publicações no D.O. com os originais arquivados. Do cotejo procedido pela D.E., resultaram 733 retificações de matérias publicadas com incorreções.

Outra diligência laboriosa é a coleta de referenda. A dualidade de Capitais administrativas agravou a economia de tempo de alguns Ministros. Para contornar esta dificuldade, solicitei a todas as Secretarias de Estado que os Decretos fôsem remetidos à Presidência já devidamente referendados. Isto concorreu para minorar o problema. Assim mesmo, colheram-se no segundo semestre 1.672 assinaturas, das quais 1.196 na cidade do Rio de Janeiro. Em todo caso, do primeiro para o segundo semestre pôde-se alcançar uma redução de 1.133 assinaturas.

Através da leitura do seu relatório, muito rico em detalhes, os resultados aferidos pela Diretoria do Expediente forneceram um esboço da dinâmica governamental, como se pode inferir deste quadro:

| | |
|---|-----|
| Atos Institucionais | 2 |
| Atos Complementares | 26 |
| Mensagem de Emenda Constitucional | 2 |
| Acôrdos internacionais | 35 |
| Leis | 272 |
| Retirada de Mensagens | 24 |
| Decretos-leis | 96 |
| Decretos Normativos | 924 |

| | |
|---|--------|
| Decretos autorizativos | 1.425 |
| Decretos Pessoais | 4.154 |
| Despachos conclusivos | 12.206 |
| Despachos Interlocutórios | 22.025 |
| Mandados de Segurança | 57 |
| Atos do Chefe do Gabinete Civil | 290 |
| Atos do Chefe do Gabinete Militar | 35 |

Além disso, merecem ainda destaque os seguintes apontamentos numéricos da D.E.:

| | |
|---------------------------------------|---------|
| Movimentos de fichas | 108.475 |
| Informações | 27.080 |
| Atos preparados para publicação | 12.206 |
| Referenda | 4.477 |
| Expedição interna | 19.873 |
| Expedição externa | 16.095 |
| Arquivamento | 44.128 |

C) A DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Esta Diretoria é o órgão financeiro da Presidência da República. A elaboração, controle e execução orçamentária, aquisição de material, aprovação de acordos e contratos, confecção de balancetes mensais de despesa e pagamentos, na Presidência, constituem a grande parte de suas obrigações.

Os recursos orçamentários colocados à disposição da Presidência cresceram muito nestes últimos anos. Em 1960 a despesa prevista era de Cr\$ 71.982.720 e em 1966 ela atingiu a Cr\$ 6.131.480.000, estando aí incluídos 2 bilhões para o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso e 60 milhões para a Vice-Presidência da República. Este grande aumento explica-se não só em função da corrida inflacionária e crescimento natural do Órgão, como de um realismo auto-suficiente da vida financeira da Presidência. Segundo depoimentos de velhos servidores, a maior parte das despesas dos Palácios sempre foi, até 1964, custeada por diferentes Ministérios. Até mesmo o pagamento de gratificações de representação de Gabinete era financiado por algumas Secretarias de Estado e Órgãos autônomos mais ricos.

No que se refere ao exercício de 1966, o saldo orçamentário recolhido ao Tesouro Nacional totalizou a cifra de Cr\$ 1.487.909.895. Em outras palavras, economizou-se mais de 36% das verbas totais previstas para o custeio da Presidência.

Por outro lado, utilizando o crédito especial aberto pelo Decreto n.º 58.778-66, foi providenciado o pagamento de despesas efetuadas em governos passados, no valor de quase 500 milhões de cruzeiros.

Do organograma da Diretoria de Serviços Gerais constam os seguintes setores: Intendência, Portaria, Mordomia e Biblioteca. Além disso, foram instalados, neste Governo, a Contadoria e um serviço de Patrimônio. Este último realizou o tombamento dos bens existentes nos Palácios da Alvorada, Torto e Ipê, encontrando-se em fase final os levantamentos no Palácio do Planalto. Foram numerados, neste particular, 7.271 objetos e levantados aqueles que não receberam gravação.

Convém ressaltar, já agora na órbita da Intendência, o fornecimento de equipamento completo para o Laboratório de Análises do Serviço de Saúde, assim como a reforma e padronização da frota de veículos.

Na Biblioteca, o crescimento estatístico deste ano acusou 10.789 empréstimos, 1.580 consultas e confecção de 7.793 fichas de catálogo legislativo.

Ao todo, a correspondência expedida elevou-se a 924 e o movimento de processos da Diretoria de Serviços Gerais, no decorrer de 1966, somou a 5.807, num aumento da ordem de 2.076 em relação ao ano anterior.

D) O SERVIÇO DO PESSOAL

O Serviço do Pessoal da Presidência da República, desde o Governo Goulart, é órgão do Gabinete Militar, embora o seu número maior de encargos emane do Gabinete Civil. Das 316 Portarias de pessoal baixadas em 1966, 177 foram do G.C. Do mesmo modo, dos 3.753 Ofícios expedidos, apenas 1.560 disseram respeito a servidores do Gabinete Militar.

De qualquer modo, servem hoje na Presidência 999 funcionários. Com exceção do pessoal (66) beneficiado pela Resolução 262 da C.C.C., todos são, requisitados de 88 diferentes órgãos da administração centralizada e descentralizada, da União, Estados-membros e Territórios. Não há um quadro na Presidência da República. E nem se pretende estruturá-lo, tendo em vista a conveniência de garantir aos Chefes dos Gabinetes amplas opções de recrutamento. A verdade porém é que uma grande parte permanece sempre em seus postos, indiferente às mudanças de Governo.

Considero que nos últimos três anos o Gabinete Civil tem lutado com dificuldades para novos recrutamentos e mesmo permanência de pessoal de alto nível nos seus serviços. Além dos problemas vinculados a Brasília, sobretudo o de moradia, avultou no nosso caso o baixo nível de gratificações acordadas pela Presidência, em relação aos demais órgãos da própria Administração Federal. Esta concorrência desfavorável para o Gabinete tornou o Banco do Brasil a nossa única grande fonte de requisições dos servidores categorizados, pois o Banco reconhece ao seu funcionário cedido à Presidência as mesmas vantagens auferidas pelo servidor em exercício no órgão de origem. Mais de 37% dos Assessôres e Assistentes dos dois Gabinetes são assim do Banco do Brasil. Aliás, a sua contribuição ao corpo geral do funcionalismo da Presidência ascende a um percentual bastante significativo:

| | |
|---|------|
| Polícia Militar do Distrito Federal | 8,44 |
| Ministério da Fazenda | 7,53 |
| Departamento Federal de Segurança Pública | 5,52 |
| Ministério da Guerra | 5,42 |
| Banco do Brasil | 5,32 |

Registrem-se, por fim, mais alguns elementos sôbre a atividade do Serviço de Pessoal:

| | |
|-------------------------------|-------|
| Portaria | 177 |
| Ofícios | 2.193 |
| Memorandos | 64 |
| Telegramas e Telex | 51 |
| Processos | 82 |
| Fôlhas de Pagamento | 68 |

* * *

Eis aí, Senhor Presidente, juntamente com algumas notas sôbre a mecânica da Casa, o Relatório de atividades do Gabinete Civil em 1966.

Seu comportamento, como de todo organismo funcional, resulta dos «motivos» que inspiraram os seus componentes e das alternativas externas. Afinal, aduz CHESTER I. BARNARD, «deliberate conscious and specialized control of them is the essence of the executive functions» (op. cit. pág. 17).

Permita-me, entretanto, assinalar o alto rendimento obtido, fruto de um esforço comum e da responsabilidade generalizada dos que trabalharam no Gabinete Civil durante êste ano. Entre êstes

colaboradores, destaco a ajuda do Subchefe Hilton José Marques Rodrigues e das Secretárias Neyde Sutter Gomes e Dulce Leite Velho de Freitas, na elaboração dêste Relatório.

Desejo ainda nesta oportunidade reiterar a Vossa Excelência a minha admiração e os meus agradecimentos pela confiança com que sempre me honrou.

LUIZ NAVARRO DE BRITTO
Chefe do Gabinete Civil da
Presidência da República

MEMBROS DO GABINETE

Chefia do Gabinete

Chefe: Dr. LUIZ NAVARRO DE BRITTO
Subchefe: Dr. JOÃO AUGUSTO DIDIER
Subchefe: Engº. HILTON JOSÉ MARQUES RODRIGUES
Oficiais de Gabinete: MARINA PEDREIRA DE FREITAS —
CLOVIS EUGÊNIO LESSA DE LIMA

Subchefia para Assuntos Financeiros e de Desenvolvimento

Chefe: Dr. ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO

Subchefia para Assuntos Sociais

Chefe: Dr. RAUL SOARES DA SILVEIRA

Subchefia para Assuntos de Administração Geral

Chefe: Dr. ALDIR GUIMARÃES PASSARINHO

Subchefia para Assuntos Parlamentares

Chefe: Primeiro Secretário ASDRUBAL PINTO DE ULYSSÉA

Assessoria Especial do Presidente da República

Assessor-Chefe: Dr. SALVADOR NOGUEIRA DINIZ

Secretaria Particular do Presidente da República

Secretário Particular: Terceiro Secretário JOSÉ JERÔNIMO
MOSCARDO DE SOUZA

Oficial de Gabinete do Presidente da República: IRIS
COELHO

Secretaria de Imprensa

Chefe: Dr. JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO

Cerimonial

Chefe: Ministro de Segunda Classe PAULO HENRIQUE
DE PARANAGUÁ

Directoria do Expediente

Diretor: Dr. ALBERTO REZENDE ROCHA
Adjunto: Dr. GILSON FERREIRA PONTES

Directoria de Serviços Gerais

Diretor: Dr. ANTÔNIO DE SOUZA RIBEIRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1967